

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.055 - PR (2018/0211241-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A  
**ADVOGADOS** : FERNANDO WILSON ROCHA MARANHÃO - PR004093  
VICTOR GERALDO JORGE - PR011368  
**ADVOGADOS** : ANDREA CAROLINE MARCONATTO CURY - PR037393  
FELIPE MEURER JORGE - PR043013  
**AGRAVADO** : T C DE A (MENOR)  
**AGRAVADO** : J G C DE A (MENOR)  
**REPR. POR** : R G S  
**ADVOGADO** : MIGUEL ÂNGELO RASBOLD - PR034291

**DECISÃO**

Trata-se de agravo, interposto pela PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ fl. 358):

*APELAÇÃO CÍVEL DOS EMBARGANTES. IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL DADO EM GARANTIA REAL NO CONTRATO DE MÚTUO. INAPLICABILIDADE DO INC. V, DO ART. DA LEI 8.009/90. DÍVIDA FIRMADA EM FAVOR DA EMPRESA E NÃO DA ENTIDADE FAMILIAR. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA.*

Os embargos de declaração de fls. 367-375 restaram parcialmente conhecidos e acolhidos, sem efeitos infringentes e os embargos de declaração de fls. 377-378, rejeitados, com a seguinte ementa:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 01. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO AO PLEITO PELA ILEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA NÃO RECONHECIDA. DESCENDENTES QUE POSSUE ILEGITIMIDADE PARA OPOR EMBARGOS DE TERCEIRO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO QUANTO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS. INOVAÇÃO RECURSAL. CONTRADIÇÃO ENTRE O ACÓRDÃO E AS PROVAS JUNTADAS. AUSÊNCIA DE VÍCIO INTERNO.*

*EMBARGOS PARCIALMENTE CONHECIDOS E ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ? 02. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. QUESTÕES DEBATIDAS SATISFATORIAMENTE NO ACÓRDÃO. INVIÁVEL A UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO A PRETEXTO DE MODIFICAÇÃO DO TEOR DO JULGADO, SOBRETUDO QUANDO A MATÉRIA QUE SE APRESENTA À DISCUSSÃO RESTOU ANALISADA. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 01 PARCIALMENTE CONHECIDOS E ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 02 CONHECIDOS E REJEITADOS.*

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 3º, V, da Lei 8.009/90 e 674, § 2º, do NCPC, sustentando, em síntese, o cabimento da penhora do bem de família em comento, porquanto *dado em garantia de dívida em favor da sociedade empresária, da qual são únicos sócios marido e mulher.*

Aduz, ainda, a ilegitimidade dos filhos dos intervenientes hipotecantes para oporem embargos de terceiros.

É o relatório.

Decido

A irresignação não prospera.

No que tange à tese de ilegitimidade supramencionada, o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o filho, ainda que representado pelos pais, integrante da entidade familiar, é parte legítima para opor embargos de terceiro, discutindo a condição de bem de família do imóvel onde reside, consoante se denota dos seguintes precedentes:

*"AGRAVO REGIMENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECEU A IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL COM BASE NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA STJ/07. EMBARGOS DE TERCEIRO INTERPOSTOS PELOS FILHOS OBJETIVANDO A PROTEÇÃO DO IMÓVEL. SÚMULA STJ/83. A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA NÃO SE LIMITA APENAS AO IMÓVEL QUE SIRVA COMO RESIDÊNCIA DO NÚCLEO FAMILIAR. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL*

**IMPROVIDO.**

*I - A convicção a que chegou o Acórdão recorrido quanto ao imóvel em análise ser caracterizado como bem de família decorreu da análise do conjunto fático-probatório. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 desta Corte.*

***II - É assegurado aos filhos a interposição de Embargos de Terceiro objetivando a proteção ao bem de família. Súmula STJ/83.***

*III - A impenhorabilidade do bem de família não se limita apenas ao imóvel que sirva como residência do núcleo familiar. Os Princípios da Dignidade Humana e da Proteção à família servem, in casu, como supedâneo à interpretação da Lei n. 8.009/90. Precedentes.*

***IV - Agravo regimental improvido".***

*(AgRg no Ag 1249531/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 07/12/2010 - grifou-se)*

***"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. LEGITIMIDADE ATIVA. ESPOSA DEVEDORA. FILHA.***

*1 - Não reconhecimento de legitimidade para oposição de embargos de terceiro à parte que figura como executada por ser também devedora indicada no título executivo. Precedentes.*

***2 - O filho, integrante da entidade familiar, é parte legítima para opor embargos de terceiro, discutindo a condição de bem de família do imóvel onde reside com os pais.***

*3 - Garantia da função social do imóvel, preservando uma das mais prementes necessidades do ser humano, protegida constitucionalmente, que é o direito à moradia.*

***RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA RECONHECER A LEGITIMIDADE DA RECORRENTE EMANUELLE FERNANDA SOUZA DE LIMA".***

*(REsp 473.984/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 08/11/2010 - grifou-se)*

***"RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS DE TERCEIRO - DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA DO IMÓVEL NO QUAL RESIDEM OS EMBARGANTES - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - MEMBROS INTEGRANTES DA ENTIDADE FAMILIAR - NOMEAÇÃO À PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA -***

*INEXISTÊNCIA DE RENÚNCIA AO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI Nº 8.009/90 - MEDIDA CAUTELAR - EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL - JULGAMENTO DESTES - PERDA DE OBJETO - PREJUDICIALIDADE - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO.*

*1 - Os filhos da executada e de seu cônjuge têm legitimidade para a apresentação de embargos de terceiro, a fim de desconstituir penhora incidente sobre o imóvel no qual residem, pertencente a seus genitores, porquanto integrantes da entidade familiar a que visa proteger a Lei nº 8.009/90, existindo interesse em assegurar a habitação da família diante da omissão dos titulares do bem de família. Precedentes (REsp nºs 345.933/RJ e 151.238/SP).*

*2 - Esta Corte de Uniformização já decidiu no sentido de que a indicação do bem de família à penhora não implica renúncia ao benefício garantido pela Lei nº 8.009/90. Precedentes (REsp nºs 526.460/RS, 684.587/TO, 208.963/PR e 759.745/SP).*

*3 - Recurso conhecido e provido para julgar procedentes os embargos de terceiro, afastando a constrição incidente sobre o imóvel, invertendo-se o ônus da sucumbência, mantido o valor fixado na r. sentença.*

*4 - Tendo sido julgado, nesta oportunidade, o presente recurso especial, a Medida Cautelar nº 2.739/PA perdeu o seu objeto, porquanto foi ajuizada, exclusivamente, para conferir-lhe efeito suspensivo.*

*5 - Prejudicada a Medida Cautelar nº 2.739/PA, por perda de objeto, restando extinta, sem exame do mérito, nos termos do art. 808, III, c/c o art. 267, IV, ambos do CPC. Este acórdão deve ser trasladado àqueles autos".*

*(REsp 511.023/PA, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2005, DJ 12/09/2005 - grifou-se)*

Além disso, no que diz respeito à impenhorabilidade do imóvel em questão, a jurisprudência desta Corte de Justiça tem delineado que a "*possibilidade de penhora do bem de família hipotecado só é admissível quando a garantia foi prestada em benefício da própria entidade familiar, e não para assegurar empréstimo obtido por terceiro*" (AgRg no Ag 921.299/SE, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 28.11.2008).

A propósito:

**"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL DOS SÓCIOS DADO EM GARANTIA HIPOTECÁRIA DE DÍVIDA CONTRAÍDA EM FAVOR DA EMPRESA. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA.**

*1. A exceção do inciso V do art. 3º da Lei 8.009/90 deve se restringir aos casos em que a hipoteca é instituída como garantia da própria dívida, constituindo-se os devedores em beneficiários diretos, situação diferente do caso sob apreço, no qual a dívida foi contraída pela empresa familiar, ente que não se confunde com a pessoa dos sócios.*

*2. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 1.022.735/RS, Quarta Turma, Rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, DJe de 18.2.2010)*

**"RECURSO ESPECIAL. BEM DE FAMÍLIA. EXECUÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL HIPOTECADO. GARANTIA DE PESSOA JURÍDICA DADA POR TERCEIRO NÃO DEVEDOR. ART. 3º, V, LEI Nº 8.009/90. INAPLICABILIDADE NA ESPÉCIE. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO.**

*1. Emerge manifesto dos autos e sem oposição da parte recorrente, que o gravame foi constituído em favor de pessoa jurídica, ou seja, terceiro estranho à relação familiar, não se aplicando à espécie, efetivamente, a regra consagrada no art. 3º, V, da Lei nº 8.009/90 - no sentido da exclusão da impenhorabilidade do imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar - a qual deve ser dada interpretação restritiva, justamente por tratar-se de dispositivo que excepciona à regra geral, permitido sua incidência apenas na execução hipotecária, de modo que a realidade dos autos não induz exclusão da tutela legal ao bem de família.*

*2. Recurso especial não conhecido." (REsp 303.129/DF, Quarta Turma, Rel. Min. **HÉLIO QUAGLIA BARBOSA**, DJ de 16.4.2007)*

**"CIVIL E PROCESSUAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. ALEGAÇÃO. PRECLUSÃO. INEXISTÊNCIA. IMÓVEL DOS SÓCIOS DADO EM GARANTIA DE DÍVIDA CONSTITUÍDA POR EMPRESA. ART. 3º, V, DA LEI 8.009/90. EXEGESE. PRECEDENTES.**

*I. Nos termos da jurisprudência do STJ, não há que se falar em preclusão da invocação de bem de família se realizada antes mesmo das praças designadas para a alienação do bem. Precedentes.*

**II. A exceção à impenhorabilidade prevista no art. 3º, inciso V, da Lei n. 8.009/90, não se aplica à hipótese em que a hipoteca foi dada para garantia de empréstimo contraído pela empresa, da qual é sócio o titular do bem. Precedentes.**

**III. Atribuição, contudo, aos executados, das despesas e custas já realizadas atinentes à praça, excluída a comissão.**

**IV. Recurso especial provido para afastar a constrição." (REsp 1.035.636/PR, Rel. Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2011, DJe de 28/3/2011)**

Outrossim, não se pode presumir que a garantia foi dada em benefício da família, para, assim, afastar a impenhorabilidade do bem com base no art. 3º, V, da Lei 8.009/90. Não deve haver presunção de que a dívida foi obtida em benefício da entidade familiar. De fato, *"ainda que dado em garantia de empréstimo concedido a pessoa jurídica, é impenhorável o imóvel de sócio se ele constitui bem de família, porquanto a regra protetiva, de ordem pública, aliada à personalidade jurídica própria da empresa, não admite presumir que o mútuo tenha sido concedido em benefício da pessoa física, situação diversa da hipoteca prevista na exceção consignada no inciso V, do art. 3º, da Lei n. 8.009/90"* (REsp 302.186/RJ, Quarta Turma, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Relator p/ acórdão o Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJ de 21.2.2005).

E ainda:

**"BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. HIPOTECA. PESSOA JURÍDICA. RENÚNCIA.**

**I - Não se aplica a exceção à impenhorabilidade prevista no art. 3º, inciso V, da Lei n. 8.009/90, se a hipoteca garantiu empréstimo feito por pessoa jurídica. Não se pode presumir que este investimento tenha sido concedido em benefício da família.**

**II - A impenhorabilidade do imóvel residencial tem como escopo a segurança da família - não do direito de propriedade. Por isso, não pode ser objeto de renúncia pelos donos do imóvel.**

**III - A demora na alegação não derroga a impenhorabilidade do bem de família." (AgRg no Ag 711.179/SP, Terceira Turma, Rel. Min. **HUMBERTO GOMES DE BARROS**, DJ de 29.5.2006)**

Ademais, salienta o em. Ministro Luis Felipe Salomão que *"a exceção do inciso V do art. 3º da Lei 8.009/90 só se aplica aos casos em que a hipoteca é instituída*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*como garantia de dívida própria, e não de dívida de terceiro (...). Por fim, a desconstituição da penhora se faz necessária porque não se pode presumir que a dívida contraída pela empresa tenha sido em benefício dos sócios, pois a pessoa jurídica não se confunde com a pessoa física dos sócios que a compõem, conforme entendimento desta Corte" (AgRg no Ag 957.818/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, DJe de 10.5.2010)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de R\$ 1.000,00 ( mil reais) para R\$ 1.100,00 ( mil e cem reais).

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO  
Relator